

Boletim SOMOS A FLORESTA

ANO 1 - nº 3 - MARÇO 2021 BELÉM/PARÁ - AMAZÔNIA/BRASIL

Editorial

No Brasil, no período de 2002 a 2013, a fome diminuiu em 82%. No entanto, voltou a subir nos anos seguintes. A situação de insegurança alimentar na região norte apresentou, segundo o IBGE, os índices mais graves. No estado do Pará, o índice chega a 60% com relevância para as famílias que residem em áreas rurais, que são menos favorecidas pelo acesso à água potável e esgotamento sanitário, têm baixa escolaridade, baixo rendimento e muitas delas sustentadas por mulheres. Em 2020, com a ocorrência da pandemia, a situação se agravou ainda mais, atingindo principalmente as populações mais pobres. É inegável que tanto o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), quanto o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são importantíssimos para resolver esta situação no país, o primeiro porque possibilita a chegada dos alimentos nos circuitos curtos e o segundo porque garante a segurança alimentar nas escolas. Nesse contexto, o fortalecimento da agricultura familiar tem se mostrado cada vez mais necessário porque é ela que proporciona a produção da maior parte dos alimentos saudáveis e nutritivos à sociedade. Nesta edição, dialogamos sobre alternativas agroecológicas apresentadas por iniciativas coletivas e comunitárias no enfrentamento à situação de fome e insegurança alimentar.

Boa leitura!

COMIDA DE VERDADE NO CAMPO E NA CIDADE PARA COMBATER A FOME NA AMAZÔNIA

Apoio a iniciativas coletivas garante segurança alimentar

Que a agricultura familiar é estratégica para abastecer o país com frutas, hortaliças, farinhas e tantos outros produtos regionais, já sabemos. Em torno de 70% dos alimentos que estão na nossa mesa vêm da agricultura familiar, de comunidades camponesas, de agroextrativistas, de quilombolas e de pescadores/as artesanais.

Na Chamada Pública Amazônia Agroecológica, mais de 79% das iniciativas selecionadas estão voltadas para a produção de alimentos básicos. Os povos do campo, da floresta e das águas responderam ao Fundo Dema para proteger os Bens Comuns com a produção de frutas, verduras, legumes, raízes, milho crioulo, a coleta de castanha do Pará e açaí nativo, também a criação de galinhas caipira e peixes regionais como o pirarucu e o matrinxã. Tem ainda o processamento de frutas, mandiocas e sementes. São milhares de toneladas de alimentos previstas com essas iniciativas coletivas, com as identidades e culturas da Amazônia, qualificando a segurança alimentar e nutricional das famílias envolvidas, garantindo a diversificação de nossa alimentação e o enriquecimento dos sistemas produtivos e da sociobiodiversidade.

Consolidando práticas agroecológicas

Alguns projetos apoiados pela Chamada Pública pretendem resgatar as sementes nativas de diversas frutíferas, florestais, leguminosas e cereais, como é o caso do projeto Semeando agroecologia e construindo territórios sustentáveis com alimentos saudáveis, a ser realizado pelas famílias da



Projeto beneficia agroextrativistas

comunidade de Cabeceira do Ouro, localizada no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, em Santarém.

Em iniciativa anteriormente apoiada pelo Fundo Dema em parceria com o Fundo Amazônia, a comunidade desenvolveu o projeto Água para Todos, que proporcionou a abertura de um poço artesiano, garantindo o acesso à água potável, além da construção de um viveiro de mudas de plantas nativas e um canteiro de hortaliças, favorecendo a segurança alimentar e nutricional a 30 famílias da comunidade.

Com a consolidação do apoio, às famílias de Cabeceira do Ouro pretendem disseminar a agroecologia com a ampliação de viveiros de mudas nativas diversificadas, criação de pequenos animais, e ainda, promover circuitos curtos de comercialização com a realização de feiras de saberes e sabores, de forma a resgatar identidades alimentares locais, valorizando a biodiversidade e o protagonismo das mulheres na produção alimentar, colocando comida de verdade na mesa da população.



QUEM TEM FOME TEM PRESSA

A agricultura camponesa e familiar é alternativa para mudar o cenário de fome

A fome assombra nosso país novamente, ainda mais no contexto da pandemia com o aumento do desemprego e dos preços. O Brasil tinha saído do Mapa da Fome em 2014, mas em 2019 a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) alertou para o risco de o Brasil voltar para a lista de países que têm mais de 5% da população ingerindo menos calorias do que o recomendável. Passar fome não é invenção, é uma realidade para uma parte desvalida da população. Estimativas apontam para 5,4 milhões de pessoas que não conseguem comer o mínimo necessário.

Segundo as pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a insegurança alimentar ronda nossas famílias, ou pela ausência de alimentos saudáveis em quantidade suficiente, e/ou pelo excesso de alimentos industrializados, processados, açucarados e gordurosos, que causam obesidade e outras doenças associadas.

Por isso, a importância da agricultura familiar vem sendo muito discutida atualmente. Em meio a este período crítico de pandemia, em muitas regiões, a produção local de alimentos dos agricultores e agricultoras e dos povos e comunidades tradicionais fez a diferença para a população local. A agricultura familiar tem a produção de alimentos diversificada, voltada para o mercado interno, garante empregos e a oferta de alimentos saudáveis. Sem contar na importância do abastecimento de alimentos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), responsáveis pela oferta de alimentação segura e nutritiva.

A formação de redes de solidariedade tem feito grande diferença no enfrentamento às dificuldades. As



PNAE e PAA garantem o direito a uma alimentação saudável e nutritiva.

organizações, os movimentos de mulheres, comunidades quilombolas e aldeias indígenas mostraram sua força na doação e troca de milhares cestas de alimentos, máscaras e materiais de higiene pessoal para comunidades distantes. Somente nos grupos acompanhados pelo Fundo Dema, dinamizados pelo seu Comitê Gestor, foram doadas centenas de cestas e medicações homeopáticas para o aumento da imunidade de populações tradicionais.

Garantir alimentação saudável na mesa da população é garantir direitos. Por isso, é necessário apoiar cada vez mais iniciativas que garantam a oferta de alimentos sem agrotóxicos, não permitindo com que os produtos ultraprocessados não venham dominar as dietas, principalmente das crianças, nem que o cenário da fome se agrave ainda mais.

Cada vez mais observamos que o apoio a iniciativas familiares e comunitárias é a principal alternativa para garantir uma alimentação saudável, nutritiva e de qualidade à popula-

ção. A partir do apoio a essas iniciativas, constrói-se caminhos possíveis à transformação de práticas, culturas, saberes que favoreçam o Bem Viver.

Garantindo a Segurança Alimentar e Nutricional

É com o objetivo de fortalecer a agroecologia e a segurança alimentar e nutricional em seu território, que oito famílias da comunidade quilombola Pimenteira, localizada no município de Santa Luzia, na região do Nordeste Paraense, se propuseram a desenvolver atividades de produção a partir da transição agroecológica, envolvendo o protagonismo das mulheres no uso e gestão dos recursos socioambientais.

Com o projeto Quintais Agroecológicos, Segurança Alimentar e Solidariedade: para natureza e vida em abundância, realizado por meio da Associação Quilombola dos Agricultores Familiares de Pimenteira (AQUAFAP), as famílias pretendem ampliar as áreas de quintais agroecológicos, onde a governança é predominantemente de mulheres e criar um banco de sementes nativas, também chamadas de 'sementes crioulas', com atividades de produção e plantio diversificado, iniciando com 4 mil mudas de espécies frutíferas, florestais, medicinais, adu



badeiras e alimentares tradicionais e convencionais, integrando, ainda à criação animal, como aves e peixes. Para isso, serão implantados dois hectares de roçado sem o uso do fogo, manejado somente com biomassa, ampliando em 50% a áreas de quintais agroecológicos. Dessa forma, a comunidade reduz os impactos negativos sobre o solo, evitando a ocorrência de desequilíbrios à biodiversidade.

A partir do aumento no rendimento das produções, serão realizadas feiras de trocas de sementes e voltadas à comercialização de produtos agroecológicos através do excedente da produção, garantindo renda às famílias envolvidas no projeto e a ampliação da segurança alimentar e nutricional às famílias de comunidades vizinhas.

De acordo com Nazaré Reis, da Escola de Formação para Jovens Agricultores (ECRAMA), que acompanha o projeto, a iniciativa é muito importante para a comunidade, sobretudo para as mulheres que são guardiãs de práticas e de cuidados alimentares. No quintal, os produtos se agregam à economia familiar.

Nazaré também afirma que a dinâmica do projeto permite a diversidade dos espaços produtivos e da economia local, além de beneficiar a segurança alimentar e nutricional da comunidade. “Em tempos de pandemia, a solidariedade e a partilha são de grande importância, por isso devemos incentivar essas iniciativas e fortalecê-las”, destaca.

Vale ressaltar também, que as mulheres, jovens e idosos têm um papel fundamental dentro do projeto. Elas ficarão responsáveis pelo cuidado com os quintais agroecológicos e na condução do trabalho de plantas medicinais, que serão ofertadas ao Centro Popular de Saúde local, que atende moradores da comunidade e de comunidades vizinhas com o uso de fitoterápicos e da geoterapia*. Também farão o registro das cadernetas agroecológicas de produção e venda.

A juventude, capacitada no curso de agroecologia da Escola ECRAMA, atuará como agente de Desenvolvimento Local, orientando as famílias nas práticas agroecológicas, além de dar apoio às mulheres no registro das cadernetas. Os idosos e idosas contribuirão com a partilha do conhecimento ancestral a partir da identificação de plantas da floresta, que servirá para o desenvolvimento de um inventário de plantas medicinais.



70% dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras vem da agricultura familiar.

DICAS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PARA COMER BEM



1. Valorize os produtos naturais, de preferência da sua região.



2. Evite produtos industrializados e processados como biscoitos, presuntos.;



3. Corra dos produtos que contém transgênicos. Fique de olho na embalagem. Se tiver o T, substitua. Os principais produtos nos mercados com Transgênicos são o óleo de soja e alimentos com milho. Fique de olho.



4. Procure comprar nas feiras agroecológicas e da agricultura familiar de seu município. Pergunte sempre se os alimentos estão livres de agrotóxicos e transgênicos.



5. Evite frituras, gorduras, muito açúcar e muito sal. Estimule o consumo de sucos naturais, produtos caseiros e água pura na sua família. Fuja dos refrigerantes que não hidratam, não alimentam e poluem o planeta.



6. Procure a Prefeitura do seu município, procure saber se o/a Prefeito/a e os/as vereadores/as estão atuando em políticas para melhorar a alimentação escolar da cidade, se está fazendo chamadas do PNAE e PAA municipal, se está melhorando as feiras e vendas de produtos locais.

*Tratamento holístico e natural com frutos da terra, como argila, barro, pedras e cristais.



TODOS CONTRA A FOME NA AMAZÔNIA

Em meio à crise de saúde agravada com a situação de pandemia, diversas organizações dos movimentos sociais do Pará se unem para combater a fome e a extrema pobreza na Amazônia. Uma articulação incentivada pela Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Sindicatos dos Bancários do Pará, Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) e Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP), com o apoio de várias outras redes, entre elas a FASE/Fundo Dema, lança a campanha Quem tem fome tem pressa, uma ação de solidariedade que vai além da doação de alimentos e se amplia para incidência em políticas públicas. Para conhecer melhor essa iniciativa, conversamos com Ângela Conceição de Jesus, presidente da FETAGRI e militante do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA).

FD: No contexto da pandemia, como surge essa campanha e quais os seus objetivos?

ÂNGELA: Nesse momento de pandemia, nós estamos com uma campanha de solidariedade. Com a pandemia, aumentou a desigualdade social, diminuiu a renda, muitas pessoas perderam sua capacidade de produção, perderam seus empregos na zona urbana e as pessoas estão com muita necessidade de alimentos fundamentais para o dia a dia, como arroz, fei-



Ângela Conceição de Jesus

jão. A gente precisa fazer essa grande campanha de solidariedade não só na captação de alimentos, mas também na resistência e na defesa das políticas públicas de educação, de emprego, de trabalho, de renda, para ver se a gente diminui essa desigualdade tão grande que está posta nesse momento.

FD: De que forma as ações da campanha contribuem para demonstrar a força da solidariedade no campo e na cidade nesse contexto de pandemia?

ÂNGELA: Esta campanha demonstra a força da solidariedade entre o campo e a cidade. Nós já tivemos doação de farinha, verduras, polpa de frutas, e de materiais perecíveis como arroz, feijão. A pandemia nos trouxe a necessidade de buscar alternativas. Agora nós estamos fazendo a Feira Agroecológica de garagem porque é uma forma de ajudar quem tá lá no campo de poder

comercializar o seu produto, inclusive as mulheres, que nesse momento têm o acesso ao mercado prejudicado. Dentro da campanha de solidariedade, buscamos alternativas para as demandas das cooperativas, dos nossos agricultores, que estão em grupos ou fora de grupos, para poder comercializar os seus produtos e através do PAA. A gente tem feito um grande movimento nesse sentido, que é uma forma de garantir a produção, a comercialização e o acesso aos alimentos.

FD: Quais as demandas dos movimentos e organizações envolvidas para as prefeituras e outros órgãos? (feiras agroecológicas, circuito de comercialização).

ÂNGELA: Hoje, a campanha tem dimensões a curto prazo, médio prazo e a longo prazo. A curto prazo é a coleta de alimentos, porque as pessoas estão passando fome. A médio prazo são as negociações que a gente já vem fazendo com o poder público, tanto municipais quanto estaduais. E a longo prazo, é a nossa expectativa de estar negociando com os poderes, como a Câmara de Vereadores, o Governo do Estado. Também vamos fazer o diálogo com o Governo Federal, com a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar no Senado, na Câmara. Estamos nesse contexto da pandemia há um ano, e aí as pessoas perderam renda, perderam a sua capacidade de compra de alimento. As demandas das organizações envolvidas tentam dialogar com os poderes públicos na questão da agroecologia, do alimento saudável.

PROJETO AMAZÔNIA AGROECOLÓGICA

Informativo produzido por Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)/Fundo Dema

Jornalista Responsável: Élida Galvão 2238 DRT/PA **Textos:** Élida Galvão, Vânia Carvalho, Graça Costa e Olívia Varela (Estagiária)
Diagramação: Dah Passos **Tiragem:** 1.000 exemplares

APOIO:



REALIZAÇÃO:

